Aplicação da lei: responsabilidade penal das empresas, acordos de suspensão do processo e cooperação transfronteiriça: consequências práticas

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Para as empresas e os seus conselhos de administração

Para uma empresa sediada em Singapura, a principal lição dos casos Keppel e Seatrium é que a autodenúncia e a cooperação determinam o resultado. Ambas as empresas obtiveram uma solução sem julgamento. Em ambos os casos, as autoridades apontaram a autodenúncia e a cooperação como fatores decisivos. O acordo da Seatrium mostra também o preço: uma penalidade pecuniária elevada, a obrigação de certificar o sistema antissuborno segundo a ISO 37001, relatórios anuais ao Public Prosecutor e o dever de cooperar com autoridades estrangeiras durante anos depois de cessada a conduta.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Um conselho de administração que descobre condutas ilícitas tem, por isso, de decidir rapidamente se, onde e em que ordem deve comunicá-las. A resposta depende das jurisdições envolvidas, do risco de uma autoridade tomar conhecimento do caso por meio de outra e do efeito de uma confissão num país sobre os processos nos demais. É indispensável o aconselhamento de advogados em cada jurisdição relevante, aliado a uma investigação interna coordenada cujas conclusões possam ser compartilhadas com várias autoridades sem renunciar desnecessariamente ao sigilo profissional (privilege).

Para as pessoas físicas

Administradores e empregados não devem presumir que uma solução negociada pela empresa os protege. Um acordo de suspensão do processo não pode ser celebrado com uma pessoa física, e o acordo da Seatrium preserva expressamente a ação penal contra qualquer outra pessoa. Além disso, o CDSA torna os dirigentes responsáveis quando uma infração da empresa ocorreu com o seu consentimento, conivência ou negligência. As advertências severas no caso Keppel resultaram de dificuldades probatórias específicas e não estabelecem uma prática geral de leniência.

Para as instituições financeiras

Os bancos e os gestores de ativos em Singapura deparam-se com a aplicação da lei num papel diferente. Mantêm as contas que Estados estrangeiros procuram congelar, recebem ordens de exibição com base no MACMA e comunicam transações suspeitas que podem ser transmitidas a unidades de inteligência estrangeiras. Correm também o risco de que o conhecimento dos seus próprios empregados lhes seja atribuído nos termos da seção 73 do CDSA. A lista de verificação a seguir resume os pontos que os conselhos de administração e os responsáveis de compliance devem rever.

- Mapear todas as jurisdições em que o grupo, os seus agentes e as suas contrapartes operam e identificar quais delas reivindicam jurisdição sobre corrupção ou lavagem de dinheiro cometidas no exterior.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

- Assegurar que intermediários, agentes e consultores terceiros sejam objeto de due diligence documentada, já que tanto a Keppel como a Seatrium pagaram subornos por meio de intermediários.
- Definir antecipadamente quem, na organização, decide sobre a autodenúncia e perante quais autoridades, e como serão coordenadas as comunicações em diferentes jurisdições.
- Tratar qualquer exposição dos fatos negociada numa jurisdição como um documento que pode ser usado nas demais e redigi-la em conformidade.
- Ao negociar uma solução, assegurar cláusulas que imputem os pagamentos feitos a autoridades estrangeiras pelos mesmos fatos e verificar que tipos de pagamento se qualificam.
- Preparar-se para ordens de exibição com base no MACMA, sabendo que documentos estão guardados onde e quais estão cobertos pelo sigilo profissional.
- Verificar se o sistema de gestão antissuborno cumpriria a norma ISO 37001 exigida no acordo da Seatrium.
- Manter em vista o tratamento das pessoas físicas: medidas disciplinares, acordos de cooperação e a possibilidade de ações penais separadas.
- Levar em conta a situação fiscal, já que o acordo da Seatrium proíbe qualquer dedução da penalidade em Singapura ou em qualquer outro lugar.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.